



PF fecha o cerco aos golpistas

Bolsonarista dono de restaurante em São Jorge (GO) pulou o muro de casa para não ser preso pela Operação Lesa-Pátria

» LUANA PATRIOLINO
» FRANCISCO ARTUR
» MARIANA ALBUQUERQUE*

O empresário bolsonarista Raif Gibran Filho foi um dos dois moradores de Brasília que tiveram prisão decretada na Operação Lesa Pátria, da Polícia Federal, na manhã de ontem. A força-tarefa visa identificar e prender os envolvidos nos atos terroristas que destruíram as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Gibran, porém, conseguiu fugir da polícia pulando o muro da casa.

Gibran Filho é sócio-administrador do restaurante Rústico Premium Grill, na Vila de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás (GO), localidade muito procurada por turistas de todo o país que visitam a Chapada dos Veadeiros. Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ele foi identificado em vídeos gravados no dia dos ataques. Em um deles, Gibran convoca pessoas para participar dos atos e xinga apoiadores que não foram à Esplanada.

Renan da Silva Sena já é conhecido da polícia do DF, com passagem por intolerância política. Em 2020, ele foi preso por ameaçar o governador Ibaneis Rocha (MDB) e o STF. Ele também foi flagrado afrontando enfermeiros que protestavam na Praça dos Três Poderes contra a política do governo no enfrentamento da pandemia de covid-19. Também foram presos Ramiro Alves da Rocha Cruz Junior — conhecido como Ramiro dos Caminhoneiros —, Soraia Baccio e Randolpho Antonio Dias (veja perfis).

Além de Raif Gibran Filho, mais três alvos são considerados foragidos. "As investigações continuam em curso e a Operação Lesa Pátria se torna permanente, com atualizações periódicas acerca do número de mandados judiciais expedidos, pessoas capturadas e foragidas", informou a PF.

A Justiça está fechando o cerco contra os extremistas envolvidos nas ações antidemocráticas. A operação de ontem resultou em oito mandados de prisão preventiva e 16 de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A força-tarefa ocorreu no Distrito Federal e em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Os crimes investigados são abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem



Com prisão decretada, Raif Gibran Filho (E) está foragido. Renan Sena e Luzilene de Sá Pompeu estão entre os presos pela Polícia Federal



Moraes cumpre prazo e define situação dos bolsonaristas



STF mantém 942 na cadeia

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concluiu ontem a análise das atas de audiência dos bolsonaristas presos pelos atos golpistas na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Ele decretou prisão preventiva (sem data para ser encerrada) para 942 pessoas e concedeu liberdade provisória a 464 detidos, que terão de se submeter a medidas cautelares como uso de tornozeleira eletrônica e proibição de se ausentar da cidade sem ordem judicial.

As decisões começaram a ser remetidas ao diretor do Presídio da Papuda e ao diretor da Polícia Federal (PF) para a continuidade das diligências. O ministro determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sejam intimadas para pleno conhecimento das decisões.

Sobre a tipificação dos crimes, o ministro apontou evidências de atos terroristas, inclusive preparatórios; associação criminosa; abolição violenta do estado democrático de direito; golpe de estado; ameaça; perseguição; e incitação ao crime — motivo que levou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à condição de investigado, a pedido do MPF.

Alexandre de Moraes considerou que as "condutas foram ilícitas e gravíssimas, com intuito de, por meio de violência e grave ameaça, coagir e impedir o exercício dos poderes constitucionais constituídos", segundo nota do STF. Para o ministro, "houve flagrante afronta à manutenção do Estado Democrático de Direito, em evidente descompasso com a garantia da liberdade de expressão".

Veja quem são os principais alvos

Raif Gibran Filho — Sócio-administrador do restaurante Rústico Premium Grill, na Vila de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás (GO). Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi identificado em vídeos registrados no dia dos ataques aos Três Poderes. Resistiu à prisão e conseguiu fugir pulando o muro de casa.

Ramiro Caminhoneiro — Apelido de Ramiro Alves da Rocha Cruz Júnior, um dos organizadores dos movimentos antidemocráticos. Ele é filiado ao PL e foi candidato a deputado federal por São Paulo nas eleições de 2022, mas não se elegeu. Como apoiador dos

movimentos golpistas, Ramiro visitou os extremistas detidos no ginásio da PF no último dia 10. Nas redes sociais, ele compartilhou fake news, conteúdos antivacina e pró-Bolsonaro.

Renan Sena — Ex-funcionário terceirizado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Renan Sena é morador da Candangolândia e frequenta o acampamento bolsonarista montado em frente ao Quartel-General do Exército. Em 2020, ele foi preso por ameaçar o governador afastado do DF, Ibaneis Rocha (MDB), e o STF. Ele também agrediu verbalmente

enfermeiros que protestavam na Praça dos Três Poderes contra a política do governo no enfrentamento da pandemia de covid-19. À época, a prisão dele foi flagrada pelo Correio, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG).

Luzilene de Sá Pompeu — A bolsonarista tem um histórico conturbado com a Justiça. Em setembro de 2020, ela foi filmada ofendendo um casal homossexual em um pet shop de Birigui (SP). Nas imagens divulgadas é possível ver o momento em que Luzilene de Sá se aproxima para atacar os homens. Na ocasião, ela disse que ser gay "não é de Deus".

Antivacina, a mulher também ignorou o uso de máscara facial no auge da pandemia de covid-19.

Soraia de Mendonça Baciotti — É intérprete de libras e, nas redes sociais, se apresenta como apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro em defesa de "um Brasil sem censura". Ela prestou depoimento em Campo Grande, acompanhada de advogados. A mulher trabalhou na campanha do deputado estadual Capitão Contar (PRTB) para o governo de Mato Grosso do Sul e acampou em frente ao Comando Militar do Oeste, na capital do estado.

especialmente protegido.

Os extremistas presos participaram da execução do vandalismo e fizeram incitações ao crime nas redes sociais, em que também contestaram a derrota de Jair Bolsonaro para Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nas eleições de outubro de 2022.

Em 8 de janeiro, os terroristas quebraram vidraças e móveis,

vandalizaram obras de arte e objetos históricos, invadiram gabinetes de autoridades, rasgaram documentos e roubaram armas. Além dos executores do vandalismo, os investigadores apuraram quem são os financiadores dos atos — que bancaram transporte, alimentação e permanência dos bolsonaristas — e figuras que teriam incentivado e incitado os apoiadores de Bolsonaro a depreender do

Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e da Suprema Corte.

“Democracia venceu”

Ao comentar o trabalho da PF, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, declarou que a "democracia venceu e vencerá". O chefe da pasta também elogiou a atuação dos policiais ao dizer que

a Lesa-Pátria transcorre de acordo com a Constituição.

"A Polícia Federal segue investigando os crimes contra a nossa pátria perpetrados por golpistas e seus aliados. O trabalho técnico é contínuo e de acordo com a lei. Medidas cautelares e coercitivas obedecem às ordens do Poder Judiciário. A democracia venceu e vencerá", declarou o ministro via Twitter.

Lula sela paz com militares

» INGRID SOARES
» TAINÁ ANDRADE
» HENRIQUE LESSA

Após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PL) com os comandantes das Forças Armadas, o ministro da Defesa, José Múcio, falou em "página virada", em alusão à preocupação do governo com a politização das corporações e com a presença de militares nos atos golpistas de 8 de janeiro. Segundo ele, o encontro no Palácio do Planalto serviu para "renovar a confiança" nos militares.

A estratégia foi usada nas outras gestões do petista, que sempre lidou com a animosidade da caserna. Lula já admitiu desconfiança ao declarar que os serviços de inteligência erraram ao não identificar que a manifestação bolsonarista em Brasília poderia resultar em vandalismo.

Segundo fontes das três Forças, a estratégia funcionou, os comandantes militares saíram satisfeitos do encontro com Lula, e confirmaram que as conversas sobre os ataques do dia 8 foram breves. No entendimento dos militares ouvidos pelo

governo Lula na área de defesa. "Eu queria virar a página", disse Múcio. Sobre os ataques terroristas, ele disse que esse assunto está na alcada da Justiça e que aguarda "comprovações" da participação de militares nos atos.

Providências

"Nós não tratamos do dia 8, isso está com a Justiça. Nós estamos atrás e aguardando as comprovações para que as providências sejam tomadas. Evidentemente que, no calor da emoção, a gente precisa ter cuidado para que essas acusações sejam justas, para que as penas sejam justas, mas tudo será providenciado em seu tempo", assegurou.

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Justiça identificou ao menos oito militares da ativa lotados no Palácio do Planalto que estiveram nos atos antidemocráticos e no acampamento golpista em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília. O ministro declarou que os comandantes militares concordam com punições aos fardados que forem identificados.

Ricardo Stuckert/PR



Lula com comandantes das Forças Armadas, no Palácio do Planalto: confiança renovada e agenda positiva

"Eu entendo que não houve envolvimento direto das Forças Armadas (nos atos antidemocráticos), mas, se algum elemento individualmente teve a sua participação, ele vai responder como cidadão. Os militares estão cientes e concordam que nós vamos tomar essas providências."

O ministro ressaltou que o presidente Lula passou aos

comandantes uma mensagem de "entusiasmo e de fé no trabalho deles". "Lula disse que acreditava no trabalho deles, tanto que nós, hoje (ontem), tratamos de uma agenda absolutamente diferente", declarou. O encontro focou no plano de investimentos da indústria de defesa do Brasil, apresentado pelo presidente da Federação

das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, com o objetivo de propor soluções para aplicar recursos no setor e ampliar a tecnologia. Por meio das redes sociais, Lula reforçou que, na reunião, foi discutido o "potencial da indústria de defesa para geração de empregos, com planejamento e investimento em tecnologia".